

Educação Ambiental: O papel atribuído aos actores educativos

Loureiro¹, Elsa; Albuquerque², Carlos; Carvalho³; Graça; Maruri⁴, Afonso. ¹Escola EB 2,3 Grão Vasco – Viseu; ²Centro de Estudo de Educação, Tecnologias e Saúde – Instituto Politécnico de Viseu; ³Instituto de Educação – Universidade do Minho; ⁴Universidade de Pontifícia/ Espanha

Resumo

Uma reflexão sobre as práticas sociais, num contexto marcado pela degradação permanente do meio ambiente, cria uma necessária articulação da Educação Ambiental com a Escola. A Educação Ambiental, configura-se crescentemente com uma questão que diz respeito a um conjunto de actores do universo educativo, potencializando o desenvolvimento dos diversos sistemas de conhecimento, a capacitação de profissionais numa perspectiva interdisciplinar.

A Educação Ambiental deve ser implementada ao nível curricular de modo que os professores, desempenhem um papel crucial na construção e promoção de conhecimentos e competências necessários à existência de comportamentos ambientalmente responsáveis. Neste contexto, é importante conhecer a multiplicidade de concepções dos jovens face ao ambiente, que certamente influenciam os seus comportamentos e as suas práticas na construção de uma cidadania activa.

Palavras chave: escola, Educação Ambiental, Concepções dos Jovens

Abstract

A careful consideration of the social practices, in a context marked by the permanent degradation of the environment, establishes (promotes) a necessary integration of Environmental Education and School.

Environmental Education is more and more related with a group of players in the educational universe, promoting the development of the different knowledge systems and the qualification of professionals in an interdisciplinary perspective.

Environmental Education must be implemented at the curricular level, so that teachers may play a crucial role in the construction e promotion of knowledge and necessary skills for the presence of environmental responsible behaviours. In this context it is important to know the multiplicity of ideas of the youth in relation to the environment, which most certainly influence their behaviours in the development of an active citizenship.

Keywords: School, Environmental Education, Conceptions of Young

1. Introdução

A questão ambiental revela-se actualmente sob o enfoque de uma crise amplamente disseminada. Há no entanto, especificidades na actual crise do ambiente, determinadas por um paradigma sociocultural dominante, que têm de ser combatidas com medidas urgentes e onde todos deveremos ser actores envolvidos para a sua resolução. Almeida (2006, p.58), ao estudar a raiz etimológica grega do termo crise refere que significa separar e decidir tratando um “*estado transitório de incertezas e de dificuldades, mas também cheio de possibilidades de renovação*”. Assim entende-se que para minimizar esta crise é necessária uma responsabilidade partilhada através de uma mobilização consciente crítica, uma cooperação compulsiva entre os estados e o estabelecimento de uma nova revolução mais adequada ao ritmo ecológico.

Para tal, é necessário uma decisão baseada nos princípios de uma ética, num agir ponderado, pelo facto de que todos temos de decidir numa direcção transformadora, através de uma tomada de consciência ecológica. Neste contexto, o papel da Escola é pertinente e assenta na implementação da educação ambiental, encarada como educação para a cidadania, transversal, inseparável de uma dimensão ética, de forma a despertarem-se consciências para se alterar o estandarte que se tem construído.

A Educação Ambiental (EA) deve ser entendida como um processo educativo capaz de transformar e despertar a sociedade para um compromisso individual e colectivo com o meio ambiente. No entanto, constata-se que a escola não é a única forma de educar, pelo contrário, coexistem com ela outros mecanismos educativos em interacção dinâmica, actuando sobre cada indivíduo, que não são alternativos, mas antes actuam como complementares na sua educação. Tal como refere Trilla (1996, p.12) “*já não é possível uma política educativa que não tenha em consideração as realizações não formais*”. Uma vez que, colocando o enfoque educativo no indivíduo que aprende, reconhece-se que ele é o resultado das interacções das várias experiências, nos seus diversos contextos. Face a este enquadramento entendemos que é responsabilidade dos actores educativos conhecer as concepções dos jovens e, através de uma reflexão partilhada e construtiva, possibilitar o desenvolvimento de uma participação consciente e crítica ligada ao ambiente.

2.A Educação Ambiental

Com a crise ambiental cada vez mais acentuada, tem-se assistido a um apelo das instâncias nacionais e internacionais para a necessidade de uma educação ambiental, de forma a cooperar para a prevenção e mesmo resolução dos problemas ambientais. Na opinião de Fontes a “*Educação Ambiental depende do que se quer dizer com educação e do que se quer dizer com ambiente*” (Fontes, 2005, p.436), embora este querer seja condicionado pelas orientações provindas das reuniões internacionais sobre os problemas ambientais.

Trinta e sete anos¹ depois da Conferencia das Nações Unidas sobre Ambiente Humano, em Estocolmo, alertando para os problemas ambientais e reconhecendo a necessidade do desenvolvimento da educação ambiental como elemento essencial para combater a crise ambiental mundial, continua-se actualmente a verificar, o aumento do consumo de recursos não renováveis e a fractura entre um terço da população mundial abastada e desperdiçadora, estando a restante sem condições de vida dignas.

Apesar da EA se ter tornado numa área importante dos currículos escolares, proporcionando um aumento de consciência e preocupação pública sobre o ambiente, o balanço da sua implementação a nível Mundial não é globalmente positivo. A mobilização das escolas não tem sido o previsto, sendo um tema considerado marginal refém da subsidiariedade e isolado na escolaridade, apesar de haver reconhecimento e consenso da sua importância, pelas organizações nacionais e internacionais.

É neste paradoxo que a educação ambiental se agita, consciente dos múltiplos percursos possíveis na construção do seu saber, mas com a preocupação comum com o ambiente e o reconhecimento do papel central da educação para a melhoria da relação Homem/ Natureza.

Existem várias concepções de EA, enquadra-se num âmbito pluriparadigmático, com diversas tendências, mas pode admitir-se que os objectivos da EA dependem da melhoria de relacionamento entre os seres humanos e o ambiente, “*reduzindo-se a um só: a melhoria das condições ambientais do planeta*” (Fontes, 2005, p.431). O panorama heterogéneo da EA, pode ser enriquecedor, mas dificulta a capacidade de reflexão na acção e a avaliação das nossas acções (Garcia, J. 2003).

Apesar das numerosas concepções do Ambiente na Educação Ambiental, a acção educativa nesse campo, articula-se com a educação para a cidadania através de uma abordagem holística, que mantenha as relações entre as partes e o todo mantendo a

¹ A conferência de Estocolmo, decorreu de 5 a 16 de Junho de 1972, convocada pelas Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, mais concretamente sobre a problemática ambiental no mundo. Para tal foi organizado um relatório intitulado “Only one Earth”, “Uma Terra Somente”

alteridade da natureza (Grun, 2005, p.49).

Na opinião de Fontes (2005), a EA deverá ser sistémica e integradora de modo a possibilitar uma aplicação transformadora de modelos de expansão alternativos para o desenvolvimento de uma competência para a acção ambiental como objectivo integrador.

Para dar resposta à crise ambiental é necessária a participação de todos os componentes da sociedade, e da definição de linhas estratégicas na Educação, em consonância com os outros pilares básicos, como a co-responsabilização de todos os cidadãos e a correcta gestão dos recursos por parte dos governos e grupos de poder.

É imprescindível uma alfabetização ambiental que articule o saber empírico ambiental e os conceitos ecológicos, relacionados com as diferentes perspectivas éticas e a crítica social. A Escola, neste âmbito, é um local privilegiado para a acção da cidadania ambiental. Benedict (1991, citado por Batista, 2004, p.55) salienta que a EA *“deverá ser conduzida com base no envolvimento dos alunos para atingirem competências de acção positivas, tornando-os capazes de participarem activamente e de se responsabilizarem na resolução dos problemas concretos que os afectam”*.

A cidadania ambiental contribui para precaver os problemas, através da apreensão de conceitos, reforçando a aproximação holística e a necessidade de se pensar a humanidade como parte da natureza. A educação para a cidadania representa a possibilidade de motivar e sensibilizar os jovens para transformar as diversas formas de participação na defesa da qualidade de vida. Neste sentido, cabe destacar que a educação ambiental assume cada vez mais uma função transformadora, na qual a co-responsabilização dos indivíduos torna-se um objectivo essencial para promover um novo tipo de desenvolvimento – o desenvolvimento sustentável. Entende-se, portanto, que a educação ambiental é condição necessária para modificar um quadro de crescente degradação sócio-ambiental, tal como refere Tamaio (2000), é *“mais uma ferramenta de intervenção necessária entre culturas, comportamentos diferenciados e interesses de grupos sociais para a construção das transformações desejadas”*. Portanto, o educador tem a função de mediador na construção de referenciais ambientais e deve saber usá-los como instrumentos para o desenvolvimento de uma prática social centrada no conceito da natureza.

As políticas ambientais e os programas educativos relacionados com a consciencialização da crise ambiental procuram cada vez mais novos enfoques integradores de uma realidade contraditória e geradora de desigualdades, que

transcendem a mera aplicação dos conhecimentos científicos e tecnológicos disponíveis. O desafio é, pois, o de formular uma educação ambiental que seja crítica e inovadora, em dois níveis: formal e não formal. Assim, a educação ambiental deve ser acima de tudo um acto político voltado para a transformação social. O seu enfoque deve procurar uma perspectiva holística de acção, que relaciona o homem, a natureza e o universo, tendo em conta que os recursos naturais se esgotam e que o principal responsável pela sua degradação é o homem. Para Sorrentino (1998), os grandes desafios para os educadores são, por um lado, o desenvolvimento de valores e comportamentos (confiança, respeito mútuo, responsabilidade, compromisso, solidariedade e iniciativa) e por outro, o estímulo a uma visão global e crítica das questões ambientais e a promoção de um enfoque interdisciplinar que promova e construa saberes.

O principal eixo de actuação da educação ambiental deve procurar, acima de tudo, a solidariedade, a igualdade e o respeito à diferença através de formas democráticas de actuação baseadas em práticas interactivas e coerentes. Neste sentido, o objectivo consiste em criar novas atitudes e comportamentos diante do consumo na nossa sociedade e de estimular a mudança de valores individuais e colectivos (Jacobi, 1997). A educação ambiental é muito heterogénea, *"onde os campos de conhecimento, as noções e os conceitos podem ser originários de várias áreas do saber"* (Tristão, 2002). A dimensão ambiental representa a possibilidade de lidar com diferentes dimensões humanas, propiciando, múltiplos trajectos entre múltiplos saberes. A escola participa então nessa rede *"como uma instituição dinâmica com capacidade de compreender e articular os processos cognitivos com os contextos da vida"* (Tristão, 2002). A educação insere-se na própria teia da aprendizagem e assume um papel estratégico nesse processo, uma vez que é importante conhecer a multiplicidade de concepções intrínsecas dos jovens face ao ambiente e com base nelas desenvolver e construir conhecimento. Segundo Tamaio (2000) pode-se afirmar que um processo de reconstrução interna (dos indivíduos) ocorre a partir da interacção com uma acção externa (natureza, reciclagem, efeito estufa, ecossistema, recursos hídricos, etc.), na qual os indivíduos se constituem como sujeitos pela internalização de significações que são construídas e reelaboradas no desenvolvimento de suas relações sociais. A educação ambiental, como tantas outras áreas de conhecimento, pode assumir, assim, *"uma parte activa de um processo intelectual, constantemente a serviço da comunicação, do entendimento e da solução dos problemas"* (Vigotsky, 1991, p.72). Trata-se de uma aprendizagem social, baseada no diálogo e na interacção de informações, conceitos e

significados, que podem ter origem em sala de aula ou na experiência pessoal do aluno. Assim, a escola pode-se transformar no espaço em que o aluno terá condições de analisar a natureza num contexto relacionado com as suas práticas sociais, e com uma realidade mais complexa e multifacetada. O mais desafiador é evitar cair na simplificação de que a educação ambiental poderá superar uma relação pouco harmoniosa entre os indivíduos e o meio ambiente mediante práticas localizadas e pontuais, muitas vezes distantes da realidade social de cada aluno. Cabe sempre enfatizar a historicidade da concepção de natureza (Carvalho, 2001), o que possibilita a construção de uma visão mais abrangente (geralmente complexa, como é o caso das questões ambientais) e que abra possibilidades para uma acção em busca de alternativas e soluções.

3. Relação entre a educação ambiental e a cidadania

Contextualizando o termo ‘Cidadania’ podemos afirmar que o mesmo tem a ver com a identidade e a pertença a uma colectividade. A educação ambiental como formação e exercício de cidadania refere-se a uma nova forma de encarar a relação do homem com a natureza, baseada numa nova ética, que pressupõe outros valores morais e uma forma diferente de ver o mundo e os homens. A educação ambiental deve ser vista como um processo de permanente aprendizagem que valoriza as diversas formas de conhecimento e forma cidadãos com consciência local e planetária.

A educação para a cidadania representa então a possibilidade de motivar e sensibilizar as pessoas para transformar as diversas formas de participação em potenciais caminhos de dinamização da sociedade e de concretização de uma proposta de sociabilidade baseada na educação para a participação.

O desafio da construção de uma cidadania activa configura-se como elemento determinante para a constituição e fortalecimento de cidadãos que, portadores de direitos e deveres, assumam a importância da abertura de novos espaços de participação.

Actualmente o desafio de fortalecer uma educação ambiental convergente e multirreferencial é prioritário para viabilizar uma prática educativa que articule de forma incisiva a necessidade de se enfrentar concomitantemente a degradação ambiental e os problemas sociais. Assim, o entendimento sobre os problemas ambientais deve dar-se através de uma visão do meio ambiente como um campo de conhecimento e significados socialmente construído, que é perpassado pela diversidade cultural e ideológica e pelos conflitos de interesse. Nesse universo de complexidades precisa ser

situado o aluno, cujos repertórios pedagógicos devem ser amplos e interdependentes, visto que a questão ambiental é um problema híbrido, associado a diversas dimensões humanas. Os professores (as) devem estar cada vez mais preparados para reelaborar as informações que recebem, e entre elas, as ambientais, a fim de poderem transmitir e decodificar para os alunos a expressão dos significados sobre o meio ambiente e a ecologia nas suas múltiplas determinações e intersecções. A ênfase deve ser a capacitação para perceber as relações entre as áreas e como um todo, enfatizando uma formação local/global, procurando marcar a necessidade de enfrentar a lógica da exclusão e das desigualdades.

À medida que se observa cada vez mais dificuldade em manter-se a qualidade de vida no planeta, é preciso fortalecer a importância de garantir padrões ambientais adequados e estimular uma crescente consciência ambiental, centrada no exercício da cidadania e na reformulação de valores éticos e morais, individuais e colectivos, numa perspectiva orientada para o desenvolvimento sustentável.

A educação ambiental, como componente de uma cidadania abrangente, está ligada a uma nova forma de relação ser humano/natureza, e a sua dimensão quotidiana leva a pensá-la como somatório de práticas e, conseqüentemente, entendê-la na dimensão de sua potencialidade de generalização para o conjunto da sociedade.

Entende-se que essa generalização de práticas ambientais só será possível se estiver inserida no contexto de valores sociais, mesmo que se refira a mudanças de hábitos quotidianos.

A problemática sócio-ambiental, ao questionar ideologias teóricas e práticas, propõe a participação democrática da sociedade na gestão dos seus recursos actuais e potenciais, assim como no processo de tomada de decisões para a escolha de novos estilos de vida e a construção de futuros possíveis, sob a óptica da sustentabilidade ecológica e a equidade social.

Torna-se cada vez mais necessário consolidar novos paradigmas educativos, centrados na preocupação de iluminar a realidade desde outros ângulos, e isto supõe a formulação de novos objectos de referência conceituais e, principalmente, a transformação de atitudes e a produção de valores.

O relatório do Director Executivo do Programa das Nações Unidas para o Ambiente (PNUMA), (1978, p.8) refere que *“a educação relativa ao ambiente não pode escapar à questão dos valores... Isto não consiste, no entanto, em inculcar uma certa escala e valores. Antes incita o indivíduo a examinar o seu próprio comportamento,*

interrogando-se sobre as suas finalidades, as suas crenças, as suas atitudes e outros indicadores de valores.” Cabe assim aos actores educativos educar para o ambiente, o que pressupõe educar para saber agir em comunidade humana e biológica.

4.Conclusão

Reflectir sobre os desafios e necessidades da educação ambiental é reconhecer o seu papel para uma mudança social, que é necessária, tanto ao nível global como ao nível local. Assim cabe à Escola ajudar a procurar o reforço da autenticidade pessoal e a interioridade, de forma a se obterem vantagens éticas importantes. Neste paradigma, o espaço da educação ambiental deverá contribuir para a construção da esfera pessoal, onde a pessoa se desenvolve em confrontação com as suas características as suas capacidades e os seus limites e onde constrói a sua autonomia e a sua responsabilidade. No entanto, são também as concepções que individualmente temos sobre as nossas acções que se traduziram ou não em impactos no ambiente, encorajando-nos à acção de cidadania ambiental.

Conscientes deste facto entendemos ser pertinente conhecer as representações dos jovens face ao ambiente, pois possibilitar-nos-á uma melhor compreensão dos referenciais éticos de ambiente dos jovens, da sua preocupação contextual de vivência e convicções ambientais. Neste contexto, apraz-nos referir que temos em processamento uma investigação que pretende conhecer as representações dos jovens e seus professores sobre o ambiente e de como estas poderão contribuir para uma Educação Ambiental que vise a construção de uma cidadania activa. Com recurso a uma metodologia de natureza mista (triangulação de dados) a investigação integra uma amostra constituída por 400 sujeitos (alunos), de quatro escolas do Concelho de Viseu, tendo como objecto de estudo os significados que alunos e professores atribuem ao ambiente e os projectos/acções desenvolvidos pelas escolas neste domínio.

Referências Bibliográficas

- Almeida, M. (2006). *Um Planeta Ameaçado: A Ciência perante o Colapso da Biosfera*, 1ª ed. Lisboa: Ed.Esfera do Caos.
- BATISTA, M. (2004). *A Educação Ambiental e Meio Local no Ensino Secundário – Um estudo de caso*. Lisboa. Universidade Aberta
- Carvalho, I.(2001) *A Invenção ecológica*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

Fontes, P.(2005) – *Competência para a acção ambiental como Objectivo Integrador da Educação Ambiental*. In Soczka (Ed.) Contextos Humanos e Psicologia Ambiental (pp.431 – 459). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian

Garcia, J. (2003). *Los problemas de la Educación Ambiental: Es posible una Educación Ambiental integradora*.

Recuperado em 2009, Janeiro de

[http:// www.mma.es/portal/secciones/formación_educación/reflexiones/jeduardo.htm](http://www.mma.es/portal/secciones/formación_educación/reflexiones/jeduardo.htm)

Grun, M. (2005). Gadamer and the otherness of nature:Elements for an Environmental Education. *Human Studies a Journal for Philosophy and the Social Sciences*.vol.28,nº2,157 – 171.

Jacobi, P, (1998). *Educação, meio ambiente e cidadania: Reflexões e experiências*. São Paulo: SMA.

PNUMA (1978). Programa das Nações Unidas Para o Meio Ambiente, criado em 1972 pela ONU

Reigota, M. (1998). *Desafios à educação ambiental escolar*. In JACOBI, P. et al. (orgs.). *Educação, meio ambiente e cidadania: Reflexões e experiências*. São Paulo: SMA.

Sorrentino, M. (1998). *De Tbilisi a Tessaloniki, a educação ambiental no Brasil*. In JACOBI, P. et al. (orgs.). *Educação, meio ambiente e cidadania: reflexões e experiências*. São Paulo: SMA.

Tamaio, I. (2000) *A Mediação do professor na construção do conceito de natureza*. Campinas: FE/Unicamp.

Trilla, J.(1996). *La Educación Fuera de la Escuela: Ámbitos no formales de educación social*. Barcelona: Ariel.

Tristão, M.(2002). *As Dimensões e os desafios da educação ambiental na sociedade do conhecimento*. In RUSHEINSKY, A. (org.). *Educação ambiental: abordagens múltiplas*. Porto Alegre: Artmed.

Vigotsky, L.(1991). *A Formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes.